



Requerimento de informações nº de 2017

(Deputado Dagoberto Nogueira)

Requerimento de informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, solicitando informações acerca das despesas efetuadas referente às emendas parlamentares e aos gastos de órgãos públicos nos Estados e Municípios durante o período de junho e julho de 2017.

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Exmo senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, solicitando informações acerca das despesas orçamentárias e extra orçamentárias realizadas no período de junho e julho de 2017 referente às emendas parlamentares individuais e de bancada, e a todas as despesas de órgãos federais realizadas nos Estados e Municípios. Destaco que o não atendimento do requerimento de informação no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas importa em crime de responsabilidade.

Recentemente, foi veiculado nos meios de comunicação a informação de que diversas reuniões particulares têm sido realizadas entre parlamentares e o Presidente da República Michel Temer. Segundo investigações feitas pela imprensa, o teor dessas reuniões está relacionado às votações realizadas na Câmara dos Deputados que visam a autorizar a instauração de processo contra o Presidente da República perante o Supremo Tribunal Federal.

Após a denúncia ter sido lida nesta Casa, diversas ações por parte do governo federal caminham em direção a facilitar o pagamento de ações orçamentárias nos Estados e Municípios que



garantiriam ganhos políticos a determinados parlamentares, desde que estes se posicionem contrários ao prosseguimento da ação contra o Presidente.

Para garantir o cumprimento do objetivo precípua desta Casa em fiscalizar as ações do Poder Executivo, se faz necessário obter informações detalhadas acerca dos gastos realizados pelo governo que possam estar ligados direta ou indiretamente a algum parlamentar ou bancada.

Nesse sentido, as informações fornecidas pelo Sr. Ministro devem ser detalhadas o suficiente para elucidar as dúvidas acerca destes gastos do governo. Nelas, devem constar não só as despesas efetuadas nas ações favorecidas por meio de emendas parlamentares (individual ou de bancada), como também devem conter a discriminação dos gastos realizados por meio de ações originariamente pertencentes a órgãos federais que foram destinadas aos Estados e aos Municípios. Ressalta-se que, como forma de melhor avaliar esses gastos, as informações devem ser referentes aos meses de junho e julho, uma vez que foi neste período que as supostas negociações ocorreram.

Diante do exposto e tendo em vista as inúmeras implicações decorrentes das decisões tomadas por parlamentares desta Casa, solicito, de forma premente, que sejam respondidas as indagações acima explicitadas, essenciais no processo decisório na Câmara dos Deputados sobre autorização de processo contra o Presidente da República perante o Supremo Tribunal Federal por crime comum praticado durante o mandato.

Respeitosamente,

Sala das Sessões, 11 de julho de 2017.

Dagoberto Nogueira
Deputado federal